



## ATA DA 39ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB procede a sua 39ª reunião, com a presença do Sr.º Geraldo Mattos (Representante do Poder Executivo Municipal), da Prof.ª Lucia Maria Carvalho de Sá (Representante da Secretaria Municipal de Educação), dos Prof.ªs Jorge Luiz da Silva Santos e Anderson Paulino de Souza (Representantes dos Diretores das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), das Prof.ªs Ilka Valéria Oliveira dos Santos e Márcia Regina Ferreira Lima dos Santos (Representantes dos Professores da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), das Sr.ªs Eliane Dibo do Nascimento e Ilma dos Santos (Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), da Prof.ª Mariza Lomba Pinguelli Rosa (Representante do Conselho Municipal de Educação), dos Sr.ºs Marco Aurélio Carreiro de Souza, Valter Elias de Souza, Silvio Delamar Soares Winovsky e da Sr.ª Rosângela Costa Kelly (Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), da Sr.ª Kátia Almeida Mendes (Representante dos Estudantes da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), dos Sr.ºs Jaime Pereira de Souza Junior e Flávio Souza de Oliveira (Representantes dos Conselhos Tutelares Circunscritos na Área do Município do Rio de Janeiro), do Sr.º José Eduardo Feitosa Mariani (Representante do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – Segmento Professor) e da Sr.ª Sandra Lúcia das Mercês Burgos (Representante do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – Segmento Funcionário). Inicia-se a reunião com a leitura da 38ª Ata para análise e aprovação dos presentes. Lida e aprovada, segue-se com os agradecimentos da Prof.ª Ilka quanto à presteza da Secretaria de Educação em atender as solicitações do colegiado. Prosseguindo, enfatiza que a reunião com a Promotoria advertiu sobre a grande responsabilidade que recai sobre este Conselho no que respeita à análise da prestação de contas do FUNDEB. Sr.ª Kátia, então, pergunta sobre como os recursos do Fundo são dispostos. Prof.ª Mariza responde que a distribuição das dotações a cada Pasta cabe à Secretaria Municipal de Fazenda. Retomando a palavra, Prof.ª Ilka ressalta que a função do Conselho é acompanhar os resultados sociais da aplicação destes valores. Sr.º Geraldo lembra que à Secretaria Municipal de Educação pertence gerir estes recursos. Quanto à divergência dos 25% que está na esfera judicial, esta questão não se aplica à administração dos valores em si. Informa, por oportuno, que a aprovação das contas públicas é submetida ao Tribunal de Contas do Município (órgão de controle externo) e à Câmara Municipal. Reforça que o papel do colegiado é acompanhar os produtos sociais advindos destes recursos. Sr.º Valter ressalta, segundo reunião com a Promotoria, a questão da culpabilidade do colegiado frente a um tema tão controverso e pergunta porque é necessário o aval deste conselho na prestação de contas do Fundo. Sr.º Silvio aproveita e sugere que a prestação de contas siga antes para o Tribunal de Contas.

Sr.º Geraldo diz que, em primeiro lugar, auditoria de contas públicas não é incumbência deste colegiado e sim de órgãos de controle interno e externo, a saber: Auditoria Geral do Município, Tribunal de Contas do Município e Ministério Público, e que o conselho deve se ater apenas aos benefícios sociais oriundos desses recursos. Prof.ª Lucia complementa que o olhar tem que ser dirigido aos melhoramentos realizados nas unidades escolares que acabam por refletir numa prática pedagógica eficaz. Prof.ª Ilka e Sr.ª Kátia testemunham benfeitorias feitas na rede como um todo, dizem que existem escolas consideradas de excelência e outras que não alcançam este patamar e atribuem as exceções a problemas de gestão escolar. Prof.º Jorge diz que hoje, nas escolas, os recursos provêm de muitas fontes, como Sistema Descentralizado de Pagamento (SDP), Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE), incluindo licitações de aquisições e serviços realizadas pelo Nível Central e Coordenadorias Regionais de Educação que garantem às mesmas avanços infraestruturais que culminam num aprendizado mais eficiente e satisfatório. Sr.ª Ilma compartilha sua experiência positiva junto ao Conselho Escola Comunidade (CEC) pois os resultados são facilmente visualizados por toda a comunidade escolar que é beneficiada. Sugere que os ganhos sociais dos recursos oriundos do FUNDEB sejam discriminados através de gráficos para melhor avaliação por parte dos conselheiros. Sr.º José Eduardo retoma o assunto da última sessão do conselho em que questiona a razão de não vir discriminado nos contracheques dos profissionais de educação o percentual oriundo dos recursos do Fundo. Sr.º Geraldo responde que os recursos do FUNDEB amparam os salários dos professores da rede, excetuando-se despesas como auxílio-transporte, vale-refeição, etc, que são custeados pelo Tesouro. Sr.º Silvio pergunta se os recursos do FUNDEB amparam também os salários dos outros profissionais da educação. Sr.ª Ilma pergunta sobre os investimentos realizados em prol dos funcionários. Sr.º Geraldo diz que a legislação do Fundo prioriza a destinação de 60% dos recursos para o magistério e os 40% restantes para despesas diversas. Os demais profissionais de educação não estão inclusos na classificação magistério. Entretanto, cabe frisar que todo funcionário recebe o que é de direito, seja pelo Tesouro Municipal ou pelo FUNDEB. Sr.º José Eduardo lamenta que a percepção salarial das merendeiras esteja abaixo do salário mínimo sendo complementado pelo município. Sr.º Geraldo responde que este tema é para ser discutido pela Secretaria Municipal de Administração. Sr.º José Eduardo diz que no quesito contratação de servidores a Secretaria de Educação prioriza a contratação de professores. Este é um tópico que deve ser apreciado em outra reunião do colegiado, convidando para discussão do tema a Prof.ª Maria de Lourdes Tavares Coordenadora da Coordenadoria de Recursos Humanos. Prof.ª Mariza lembra que existe legislação pertinente ao assunto e apresenta o organograma da Secretaria Municipal de Educação entregue aos conselheiros. Sr.º Geraldo pergunta se há dúvidas em relação ao organograma distribuído e observa a vinculação não subordinada deste Conselho à Secretária, enfatizando, deste modo, a autonomia dos Conselhos em geral. Sr.º Silvio retoma a questão da responsabilidade de todos na análise da prestação de contas e entende que cabe ao colegiado não apenas acompanhar os resultados sociais originados destes recursos mas também ter uma atuação mais eficaz. Segundo ele, há que se ter maior diálogo com as Coordenadorias e com a própria Secretária tendo por finalidade a transparência dos projetos propostos. Considera que esta comunicação é fundamental para que as representatividades sejam ouvidas objetivando um senso comum entre as prioridades da Secretaria e dos que desejam uma educação de excelência para os alunos – usuário final. Sr.º Silvio questiona, ainda, o balancete referente a

dezembro/2010, distribuído na reunião passada, sobre o saldo financeiro remanescente. Sr.º Geraldo responde que o saldo existente é sempre incorporado no ano seguinte. Sr.º Silvio pergunta, também, sobre o papel do Conselho Municipal de Educação (CME) no que diz respeito as provas, apostilas, etc. Prof.ª Ilka informa que cabe à Gerência de Educação – Coordenadoria Técnica elaborar as provas, apostilas, cadernos pedagógicos. Prof.º Jorge destaca que a principal atribuição do Conselho Municipal de Educação (CME) é formalizar as políticas educacionais do município do Rio de Janeiro. Sr.º Geraldo inicia, então, a explicação das planilhas entregues – Orçamento para o Exercício de 2011 e Demonstrativo das Despesas Realizadas/2010 FUNDEB – FT142, respectivamente. Sr.ª Rosângela indaga a razão de tantas informações referente ao Orçamento 2011. Sr.º Geraldo responde que esta planilha foi distribuída com o intuito de oferecer aos conselheiros uma visão globalizada dos recursos que financiam a Educação. Prossegue, agora, com a explanação do Demonstrativo das Despesas Realizadas/2010 FUNDEB – FT142, atendendo solicitação dos presentes, elencando as despesas de pessoal, serviços, aquisições, etc. Lembra que estes gastos referem-se ao exercício de 2010. Sr.ª Kátia reclama da dificuldade de acesso às salas de informática. Prof.ª Mariza responde que este é um problema de gestão e deve ser tratado de forma individualizada. Sr.º Jaime quer saber qual a Fonte de Recursos utilizada para pagamento do professor. Sr.º Geraldo informa que as Fontes usadas são a 100 e 142. Sr.º Jaime levanta a demanda dos 25%. Sr.º Geraldo informa que este assunto é resultado de embate jurídico, como informado na reunião passada. Retomando a explanação da planilha referente ao Orçamento 2011, comenta as diversas fontes de recursos existentes e destaca que em 2010 e 2011, a Secretaria instituiu quatro (4) programas estratégicos: Escolas do Amanhã, Saúde nas Escolas, Reforço Escolar e Espaço de Educação Infantil - EDI, essencialmente pedagógicas e não mais importantes que outros programas já existentes na Rede. Ressalta que os recursos do FUNDEB dependem da saúde econômica do país. Sr.ª Ilma indaga sobre o Programa Saúde nas Escolas. Prof.ª Mariza esclarece que é um projeto destinado a atender a alunos das cento e cinquenta e uma (151) Escolas do Amanhã e de nove (09) Espaços de Educação Infantil - EDIS. Sr.º Jaime diz sentir-se incapacitado em acompanhar as contas do Fundo, pois para ele, os recursos não são devidamente aplicados. Sr.º Silvio relata que, como representante dos pais, seu desejo é ver os recursos do FUNDEB bem aplicados, com retorno para os estudantes. Concorde com o pensamento da Promotora e considera ser muito difícil emitir qualquer parecer referente à prestação de contas. Prof.ª Ilka testemunha positivamente sobre sua experiência no conselho, onde nunca teve problemas quanto à emissão de pareceres referentes às prestações de contas do Fundo, pois vê com clareza que a aplicação das verbas resultam em melhorias de infraestrutura das unidades escolares, como também, em serviços, aquisições, capacitações, etc. Sr.º Jaime denuncia que algumas escolas, em sua área de atuação, estão superlotadas e sem as mínimas condições de uso. Prof.ª Ilka argumenta que esta situação não retrata fielmente a realidade da Rede, opinião ratificada pela maioria dos presentes. Sr.ª Rosângela afirma que os gestores têm autonomia e orçamento para amparar despesas cotidianas como pequenos consertos, compra de material, etc. Sr.º Jaime reconhece que necessita de mais informações, de ampliar sua visão no que respeita à Educação. Sr.ª Ilma fala que sua experiência à frente do Conselho Escola – Comunidade (CEC) foi de grande valia para entender um pouco mais do que acontece com as contas públicas. Sr.º Valter entende que o interstício entre a eleição e posse deste conselho dificulta o entendimento e consequente atuação do colegiado. Sr.º Geraldo informa que

todo o material contábil até então disponibilizado intentou apenas familiarizá-los com as contas públicas. Concorde com o Sr.º Valter, mas entende ser imperioso examinar estas contas, sem a responsabilidade de aprová-las, visando os resultados sociais que delas advêm. Sugere que, para a próxima reunião, seja convidada a Contadora Geral do Município do Rio de Janeiro para que auxilie o colegiado na compreensão das contas do Fundo. A seguir, procedeu-se à eleição do presidente e vice-presidente do Conselho, considerando-se o que preceitua o Regimento Interno do colegiado. Candidataram-se os seguintes conselheiros: Prof.ª Ilka Valéria dos Santos (Representante dos Professores da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), Sr.º Valter Elias de Souza (Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino) e Sr.º Jaime Pereira de Souza Junior (Representante dos Conselhos Tutelares Circunscritos na Área do Município do Rio de Janeiro). Prof.ª Ilka Valéria dos Santos foi eleita presidente do Conselho por seis (06) votos. Para vice-presidência ficaram empatados, ambos com três (03) votos, os Sr.ºs Valter Elias de Souza e Jaime Pereira de Souza Junior, tendo o Sr.º Jaime Pereira de Souza Junior aberto mão de sua candidatura a favor do Sr.º Valter Elias de Souza, que então é aclamado vice-presidente. Já empossada, Sr.ª Ilka se compromete a trabalhar em prol da educação, através das ações deste colegiado e, para isto, conta com a ajuda de todos. Sr.ª Kátia sugere à presidência que seja solicitada ajuda de custo para a locomoção dos conselheiros. Sr.ª Márcia informa que o Conselho de Alimentação Escolar possui auxílio-transporte. Sr.º Jaime pede que se convide alguém para falar sobre as atribuições pertinentes ao Conselho. Sr.º Silvio solicita que a lei que normatiza o FUNDEB seja disponibilizada a todos. Sr.º Geraldo informa que a Lei n.º11.494 de 20 de junho de 2007 está disponível na Internet. Prof.ª Mariza diz que o calendário das reuniões com a Secretária de Educação será, provavelmente, divulgado em março. Sr.ª Ilma recomenda que, para as próximas reuniões, afim de otimizar o tempo, a pauta seja respeitada, o que é acatado por todos. Sr.ª Márcia pede que as reuniões ocorram mais cedo, pois ela perde o dia inteiro de trabalho. Por consenso dos presentes resolve-se manter o horário atual, 11 horas. Sr.º Jaime considera uma (01) sessão mensal pouco para discutir tantos assuntos. Sr.º Silvio propõe que quando houver necessidade se faça mais de uma reunião sem ser preciso oficializá-la, com o que todos concordam. Finalizando, Prof.ª Ilka confirma que a próxima reunião fica mantida para o dia 17 de março do ano de 2011. E, por nada mais haver a declarar, eu, Rosana Costa, matrícula 10/116.148-8, lavro a presente ata, que será assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2011

Rosana Costa

Matrícula 10/116.148-8